



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO  
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
CONSELHO FISCAL

---

Florianópolis, 02 de junho de 2016.

Ofício 020/-RPPS-SC/2016

Senhor Presidente:

Cumprimentando-o cordialmente, venho por meio deste, em conformidade com o que dispõe o inciso VIII do artigo 43 da Lei Complementar (estadual) 412-08, submeter a esse Conselho de Administração do RPPS-SC, o Parecer Anual do Conselho Fiscal do RPPS-SC sobre as contas e balancetes da Unidade Gestora-Administrativa-IPREV-SC dos Fundos Financeiro e Previdenciário.

Na oportunidade, apresento a Vossa Senhoria protestos de elevada estima e distinta consideração.

Johni Lucas da Silva  
Presidente do Conselho Fiscal do RPPS/SC

Recebido em  
02/06/2016  
Luiz F. Philippi

Ilustríssimo Senhor  
Luiz Fernando Philippi  
Presidente do Conselho de Administração do RPPS-SC  
Florianópolis/ SC

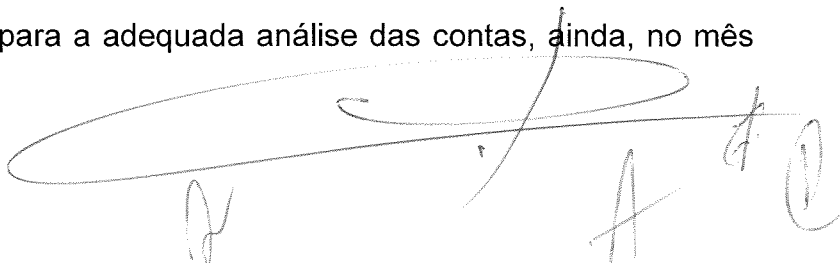
**PARECER DO CONSELHO FISCAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA  
DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE SANTA CATARINA REFENTE  
AO EXERCÍCIO 2015- CF01/2015**

O Regime de Previdência dos Servidores do Estado de Santa Catarina (RPPS/SC) é considerado de caráter contributivo e solidário. Estava organizado de acordo com a Lei Complementar 412/2008, sendo composto pela Unidade Gestora – Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (IPREV/SC) e pelos Fundos Financeiro e Previdenciário. Com o advento da Lei Complementar 662/15, o Fundo Previdenciário foi extinto e suas contas, segurados e beneficiários foram absorvidos pelo Fundo Financeiro.

O IPREV é uma autarquia, com personalidade jurídica própria e autonomia administrativa, patrimonial e financeira, em relação ao Poder Executivo, vinculado à Secretaria de Estado da Administração. O Fundo Financeiro era destinado ao pagamento de benefícios previdenciários a segurados que tinham ingressado no serviço público e aos que já os recebiam anteriormente à data da publicação da LC 412/2008, bem como, aos respectivos dependentes. Já, o Fundo Previdenciário era destinado ao pagamento de benefícios previdenciários aos segurados que tinham ingressado no serviço público a partir de 26 de junho de 2008 e aos respectivos dependentes.

No decorrer do exercício de 2015, este Conselho Fiscal, como órgão de fiscalização da gestão financeira, apreciou documentos, relatórios, atividades e comparativos de receita e despesa encaminhados IPREV, bem como solicitou informações e esclarecimentos sobre as contas e balancetes, quando pertinente.

Entretanto, embora este Conselho Fiscal tenha se reunido em sessão ordinária e extraordinária, nos dias 11 e 25 de fevereiro de 2016, respectivamente, e em reunião ordinária, no dia 10 de março de 2016, para análise da documentação disponível e elaboração do parecer sobre as contas e balancetes do exercício de 2015, a conclusão do mesmo parecer ficou impossibilitada em razão da ausência do Balanço Anual do IPREV e dos Fundos Previdenciário e Financeiro, situação que somente foi sanada com sua disponibilização, após a reunião do mês de março, inexistindo, assim, tempo hábil para a adequada análise das contas, ainda, no mês de fevereiro de 2016.



Diante da informação da administração do IPREV de que enviaria os Balanços ao Tribunal de Contas, indicando os motivos do adiamento da emissão do Parecer deste Conselho Fiscal e, conseqüentemente, da apreciação deste pelo Conselho de Administração, bem como, seguindo sugestão do próprio Conselho de Administração, no sentido de priorizar a adequada análise dos Balanços em detrimento dos prazos estabelecidos, com o envide de esforços de todos os seus Membros, apresenta-se nos termos do inciso VIII do art. 43 da LC 412/2008, o presente parecer.

## 1 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os Balanços Orçamentários das unidades gestoras que compõem o Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado de Santa Catarina (RPPS/SC) estão descritos no quadro seguinte. Neles, constam as receitas realizadas e as despesas liquidadas.

RECEITAS/DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	IPREV – Unidade Administrativa	Fundo Previdenciário	Fundo Financeiro
<b>RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS</b>			
RECEITAS CORRENTES	591.843,45	261.006.583,28	1.577.737.967,35
Receitas de Contribuições	0,00	194.596.181,06	1.545.339.189,32
Receita Patrimonial	301.687,10	66.383.256,40	6.251.970,31
Receita de Serviços	126.096,43	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	164.059,92	27.145,82	26.146.807,72
RECEITAS DE CAPITAL	128,66	0,00	0,00
Alienação de Bens	128,66	0,00	0,00
Amortização de Empréstimo	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS</b>	<b>591.972,11</b>	<b>261.006.583,28</b>	<b>1.577.737.967,35</b>
<b>DÉFICIT</b>	<b>73.780.705,66</b>	<b>0,00</b>	<b>2.918.690.221,94</b>
<b>TOTAL</b>	<b>74.372.677,77</b>	<b>261.006.583,28</b>	<b>4.496.428.189,29</b>
<b>DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS</b>			
DESPESAS CORRENTES	74.003.231,17	932.803,36	4.496.428.189,29
Pessoal e Encargos Sociais	39.501.102,28	932.803,36	4.477.588.292,37
Outras Despesas Correntes	34.502.128,89	0,00	18.839.896,92
DESPESAS DE CAPITAL	369.446,60	0,00	0,00
Investimentos	369.446,60	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>74.372.677,77</b>	<b>932.803,36</b>	<b>4.496.428.189,29</b>
<b>SUPERÁVIT</b>	<b>0,00</b>	<b>260.073.779,92</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>74.372.677,77</b>	<b>261.006.583,28</b>	<b>4.496.428.189,29</b>

Fonte: Balanço anual 2015.

Na Unidade Administrativa do IPREV e no Fundo Financeiro, o resultado orçamentário foi deficitário durante todo o exercício de 2015, haja vista que parte da receita fica contabilizada nas Unidades arrecadadoras. Essa diferença vem sendo atendida pelas transferências intragovernamentais realizadas pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, incluindo o Ministério Público e o TCE/SC.

Junto ao Balanço Orçamentário da Unidade Administrativa do IPREV foi apresentado o demonstrativo dos Restos a Pagar não Processados. Verificou-se que foram inscritos como nessa categoria, na rubrica Despesas Correntes, R\$ 1,8 milhão, sendo liquidados e pagos R\$ 1,4 milhão e cancelados R\$ 328,9 mil. Assim, recomenda-se que os empenhos sejam cuidadosamente analisados antes da inscrição em restos a pagar, de modo a não comprometer os gastos do exercício seguinte, haja vista que 18,5% das despesas não foram realizadas.

O resultado orçamentário, considerando as despesas liquidadas e somadas às transferências financeiras intragovernamentais líquidas<sup>1</sup>, diminui o déficit e aumenta o superávit, conforme se demonstra no quadro seguinte:

Itens	IPREV - Unid. Administrativa	Fundo Previdenciário	Fundo Financeiro
Res. Orçament.	(72.620.127,43)	260.073.779,92	(2.918.688.162,36)
Transf. Intra Gov.	74.232.019,24	23.505,11	3.357.435.563,58
<b>Total</b>	<b>1.611.891,81</b>	<b>260.097.285,03</b>	<b>438.747.401,22</b>

Fonte: Balanço anual 2015.

A execução das despesas orçamentárias, na unidade gestora IPREV, está demonstrada no quadro seguinte:

**Unidade Administrativa UG 470022 - IPREV**

Grupo Natureza	Dotação Orçam.	Liquidado	Execução	Média Bim.	Saldo
Pessoal e Enc. Sociais	39.507.520,99	39.490.102,28	99,95%	16,66%	0,05%
Out. Desp. Correntes	41.685.470,34	33.535.348,28	80,45%	13,41%	19,55%
Investimentos	369.446,60	186.579,51	50,50%	8,42%	49,50%
<b>Total</b>	<b>81.562.437,99</b>	<b>73.212.030,07</b>	<b>89,76%</b>	<b>14,96</b>	<b>10,24%</b>

Fonte: Balanço anual 2015.

Observa-se que 99,95% da dotação orçamentária com pessoal e encargos sociais foi realizada. Inicialmente, a dotação era de R\$ 47 milhões, tendo sido reduzida em 16%. O excedente da dotação referente a outras despesas

<sup>1</sup> Receitas (VPAs) de transferências intragovernamentais recebidas, deduzidas as transferências concedidas.

correntes foi de 19,55%. Os investimentos previstos não foram realizados em 49,50%, mesmo tendo sido suprimidos em 74,92%.

O quadro seguinte demonstra a execução orçamentária do Fundo Financeiro:

**Fundo Financeiro - UG 470076**

Grupo Natureza	Dotação Orçam.	Liquidado	Execução	Média Bim.	Saldo
Pessoal e Enc. Sociais	4.612.471.274,17	4.477.586.232,79	97,08%	16,18%	2,92%
Out. Desp. Correntes	19.601.440,68	18.839.896,92	96,11%	16,02%	3,89%
<b>Total</b>	<b>4.632.072.714,85</b>	<b>4.496.426.129,71</b>	<b>97,07%</b>	<b>16,18%</b>	<b>2,93%</b>

Fonte: Balanço anual 2015.

Analisando os gastos do exercício, verificou-se que a dotação com pessoal foi suplementada em 37,3%, tendo sido realizada em 97%. A previsão orçamentária referente a outras despesas correntes teve aumento de 653%, sendo executada em 96,11%. Do total de despesas fixadas ao final do exercício, restou um pequeno saldo de 2,93%. O aumento da dotação com as despesas deve-se à decisão do Poder Executivo de transferir para o Fundo a responsabilidade pelo pagamento do PIS/PASEP.

**Fundo Previdenciário - UG 470075**

Grupo Natureza	Dotação Orçam.	Liquidado	Execução	Média Bim.	Saldo
Pessoal e Enc. Sociais	1.171.086,00	932.803,36	79,65%	13,28%	20,35%
<b>Total</b>	<b>1.171.086,00</b>	<b>932.803,36</b>	<b>79,65%</b>	<b>13,28%</b>	<b>20,35%</b>

Fonte: Balanço anual 2015.

Quanto ao Fundo Previdenciário, verificou-se que foram realizadas 79,65% da dotação orçamentária com Pessoal e Encargos Sociais. Observa-se que essa dotação foi definida em valor superior às necessidades do Fundo, sendo a única despesa adimplida, pois não houve execução orçamentária da reserva de contingência do RPPS.

Na unidade gestora IPREV, foram analisados os empenhos por modalidade de licitação, num total de R\$ 74,37 milhões. Destes, 92% foram realizados sem licitação, por não se aplicar o certame; dos 8% restantes, quase a metade (45,5%) foi realizada por dispensa e inexigibilidade. Observa-se que, a modalidade pregão eletrônico tem sido pouco utilizada, no entanto, pode ser mais econômica. Por isso, recomenda-se o seu emprego.

Os totais dos empenhos por modalidade de licitação estão listados no quadro a seguir:

<b>Empenhos por Modalidade de Licitação</b>	
Convite	9.829,07
Tomada de Preços	357.000,00
Concorrência	1.606.823,43
Pregão	167.354,11
Pregão Presencial	1.125.889,51
<b>Total Licitado</b>	<b>3.266.896,12</b>
Dispensa Licitação por Limite	103.780,76
Outras Dispensas	2.260.470,46
Licitação Inexigível	366.752,50
<b>Total Dispensa e Inexigibilidade</b>	<b>2.731.003,72</b>
Não Aplicável	68.374.777,93
<b>Total Geral</b>	<b>74.372.677,77</b>

Fonte: Balanço anual 2015.

A receita orçamentária prevista para o exercício foi R\$ 6,6 milhões, tendo sido realizado somente 9% do montante orçado. A receita desta Unidade é oriunda quase que integralmente de transferências financeiras.

## 2 EXECUÇÃO PATRIMONIAL (VPA/VPD)

### 2.1 Unidade Gestora IPREV

A principal despesa, Pessoal e Encargos Sociais, representa 53% dos gastos totais do exercício. No entanto, a situação deverá se inverter no próximo exercício, haja vista que as despesas mensais com PIS/PASEP aumentaram significativamente a partir do 2º semestre. Deixaram de ser pagas pelo Tesouro do Estado, ficando sob a responsabilidade do IPREV, representando 38% dos gastos. Para isso, houve aumento no repasse da taxa de administração.

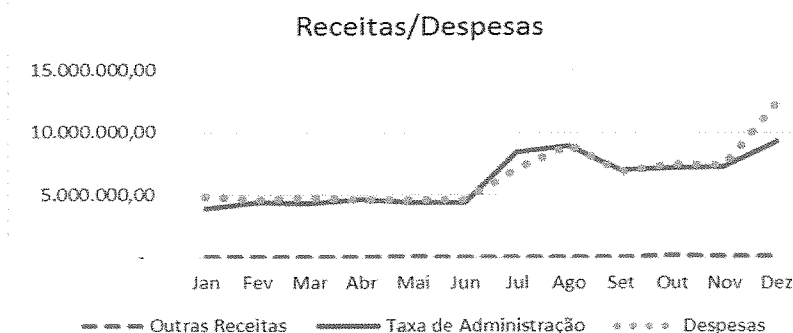
<b>Descrição</b>	<b>Valor R\$</b>	<b>Perc. %</b>
<b>Receitas</b>	<b>74.851.567,58</b>	<b>100%</b>
Taxa Administração	74.083.097,94	99%
Outras Receitas	768.469,64	1%
<b>Despesas</b>	<b>78.303.749,90</b>	<b>100%</b>
Pessoal e Encargos	41.528.975,88	53%
PIS/PASEP	30.105.779,86	38%
Outras Despesas	6.668.994,16	9%
<b>Resultado Período</b>	<b>-3.452.182,32</b>	-

Fonte: Balancetes de 2015.

A receita de maior relevância (mais de 99%) é oriunda de transferências da taxa de administração. Conforme informações verbais da diretora da DIAD, essa

taxa se refere ao Fundo Financeiro, sendo repassada pelo Tesouro Estadual, em cumprimento ao que determina a LC 412/2008.

O gráfico seguinte apresenta o comportamento das receitas e despesas no transcorrer do exercício 2015.



**Fonte: Balancetes de 2015.**

Observa-se que as receitas, especificamente o repasse da taxa de administração, foram insuficientes para cobrir as despesas do período, sobretudo ao final do exercício. Também se observa que não houve oscilações no primeiro semestre. Já, no segundo semestre, tanto as receitas quanto as despesas tiveram aumentos significativos.

## 2.2 Fundo Previdenciário

As despesas realizadas referem-se a aposentadorias (28%), pensões (47%) e depreciações de bens móveis (24%), conforme se demonstra no quadro seguinte:

<b>Despesas</b>		
<b>Descrição</b>	<b>Valor R\$</b>	<b>Perc. %</b>
Aposentadorias	349.476,76	28%
Pensões	583.326,60	47%
Depreciações	302.418,59	24%
<b>Total</b>	<b>1.235.221,95</b>	<b>100%</b>

**Fonte: Balancetes do exercício 2015.**

Os gastos com aposentadorias tiveram pequeno aumento em quase todos os meses, sobretudo no último trimestre, o que indica a ampliação do quadro de servidores inativos. Observou-se também que as despesas com gratificações natalinas não estão sendo lançadas pelo regime de competência.

Além disso, o Poder Executivo fez uma retirada financeira, de R\$ 70 milhões, no mês de dezembro, sendo o valor transferido ao Fundo Financeiro. O

crescimento dos gastos com o pagamento de benefícios a inativos e pensionistas aumentou, em relação a janeiro, 110%.

As receitas são oriundas de contribuições dos segurados e patronais, de remunerações de aplicações financeiras e receitas de aluguéis. Destaca-se que as receitas obtidas com os bens patrimoniais (aluguéis) são apropriadas exclusivamente na conta do Poder Executivo. O quadro a seguir apresenta as receitas do exercício e seus respectivos percentuais:

<b>Receitas</b>		
<b>Descrição</b>	<b>Valor R\$</b>	<b>Perc. %</b>
Contrib. dos Segurados	97.398.539,00	37%
Contribuições Patronais	97.276.630,86	37%
Rem. Aplic. Financeiras	64.802.203,95	25%
Outras Rec./Deduções	-4.246,62	0%
Receita de aluguéis	1.573.417,76	1%
<b>Total</b>	<b>261.046.544,95</b>	<b>100%</b>

Fonte: Balancetes do exercício 2015.

Verificou-se que a remuneração das aplicações financeiras, no mês de agosto, ficou negativa, não houve o registro de rendimentos, mas de perdas, contabilizadas também como dedução da receita orçamentária. No mês de setembro, o rendimento foi o menor do ano e, no mês de outubro, o maior. Observa-se que, no decorrer do exercício, houve considerável variação quanto ao valor mensal da remuneração das aplicações financeiras, no entanto, o valor investido varia de forma proporcional ao capital aplicado de cada Ente.

As contribuições dos segurados totalizaram R\$ 97,4 milhões. São oriundas dos Poderes, incluindo o MP e o TCE, além de contribuições de segurados em disponibilidade e licença sem vencimento, conforme se demonstra a seguir:

<b>Contribuições Segurados</b>		
<b>Descrição</b>	<b>Valor R\$</b>	<b>Perc. %</b>
Poder Executivo	72.936.639,55	75%
Poder Judiciário	18.316.107,26	19%
ALESC	1.188.878,77	1%
TCE-SC	781.212,40	1%
MP-SC	4.051.400,53	4%
Out. Contrib.	117.961,98	0%
<b>Total</b>	<b>97.392.200,49</b>	<b>100%</b>

Fonte: Balancetes do exercício 2015.

As contribuições patronais se assemelham às contribuições dos segurados, haja vista que, nesse fundo, as alíquotas se equiparam. A arrecadação a esse título está demonstrada no quadro a seguir.



### Contribuição Patronal

Descrição	Valor R\$	Perc. %
Poder Executivo	72.868.967,63	74,9%
Poder Judiciário	18.306.746,17	18,8%
ALESC	1.188.320,06	1,2%
TCE-SC	780.878,64	0,8%
MP-SC	4.049.456,22	4,2%
Out. Contrib.	88.053,47	0,1%
<b>Total</b>	<b>97.282.422,19</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Balancetes do exercício 2015.

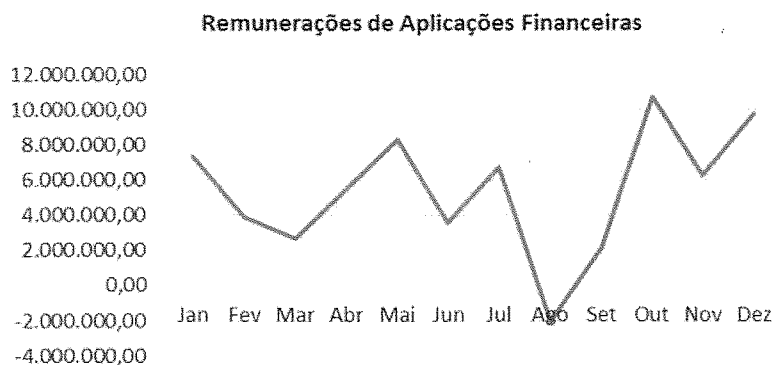
Os recursos financeiros do Fundo Previdenciário são aplicados no mercado financeiro, cuja remuneração está exposta no quadro seguinte:

### Remunerações Financeiras

Descrição	Valor R\$	Perc. %
Poder Executivo	46.911.147,35	72%
Poder Judiciário	13.946.295,46	22%
ALESC	700.006,11	1%
TCE-SC	766.184,91	1%
MP-SC	2.478.570,12	4%
<b>Total</b>	<b>64.802.203,95</b>	<b>100%</b>

Fonte: Balancetes do exercício 2015.

Analisando as remunerações mensais das aplicações financeiras, despertam a atenção, as diferenças entre os períodos. Considerando que o capital aumenta a cada mês, verifica-se que, em outubro, a remuneração total ficou próxima a R\$ 11 milhões, com queda considerável em outros meses, conforme se demonstra no gráfico seguinte.



Fonte: Balancetes do exercício 2015.

No mês de agosto, não houve registro de rendimentos de aplicações financeiras, sendo contabilizados como dedução da remuneração R\$ 2,08 milhões, divididos entre os poderes e órgãos.

O relatório de cálculo atuarial (Nota Técnica 2896/15, p. 37) apresenta a análise de investimentos do exercício de 2014, da seguinte maneira:

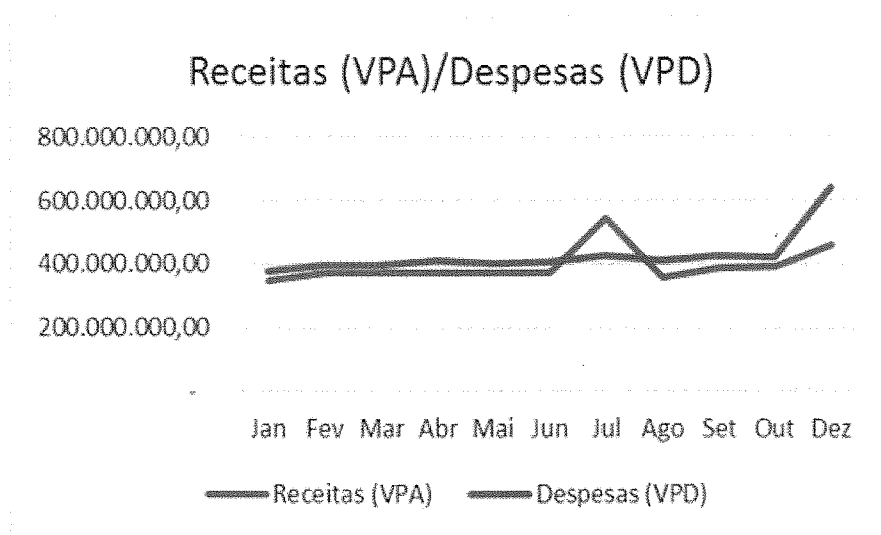
A análise dos investimentos do IPREV evidencia que a carteira está constituída de 75,2% em fundos de renda fixa, 16,9% em imóveis e 7,9% em operações compromissadas. Durante o ano de 2014, conforme relatório da empresa SMI – Consultoria de Investimentos a rentabilidade alcançada foi de 11,57%. A meta atuarial está definida pelo indexador IPCA e mais a taxa de juros de 5,75%, resultando para a meta o valor de 12,53%. Comparando a meta atuarial com a rentabilidade, a taxa de juros projetada para o ano de 2014 deveria ser 4,85% ( $\text{Rentabilidade} / \text{IPCA}_{2014} = 1,1157 / 1,0641 = 1,048492$ ).

Desconsiderando os imóveis, os quais não são reavaliados anualmente, a rentabilidade dos ativos financeiros foi de 15,1% conforme informação da Diretoria de Gestão de Recursos Previdenciários (DGRP) do IPREV.

No entanto, observa-se que essa análise se baseia em informações fornecidas pela Diretoria de Gestão de Recursos Previdenciários (DGRP) do IPREV e não em avaliação própria.

### 2.3 Fundo Financeiro

As receitas e despesas patrimoniais não tiveram variação relevante no primeiro semestre. Já, no segundo, verificou-se oscilações, conforme se demonstra no gráfico seguinte:



**Fonte: Balancetes dos meses de janeiro a dezembro/2015.**

As receitas (VPA), no mês de julho, superaram as despesas devido ao aumento das transferências financeiras efetuadas pelo Poder Executivo. Porém, no último bimestre, ocorreu o oposto. Também não se verificou o registro de remuneração negativa das aplicações financeiras, no mês de agosto, conforme ocorreu no Fundo Previdenciário.

### 3 EXECUÇÃO PATRIMONIAL

#### 3.1 Balanço Patrimonial

Foram analisados os Balanços Patrimoniais das unidades gestoras vinculadas ao RPPS/SC, os quais estão expostos no quadro a seguir:

ESPECIFICAÇÃO	IPREV – Unidade Administrativa	Fundo Previdenciário	Fundo Financeiro
<b>ATIVO</b>	<b>2.705.567,44</b>	<b>794.732.191,96</b>	<b>88.227.709,95</b>
<b>Ativo Circulante</b>	<b>2.527.044,53</b>	<b>685.795.392,06</b>	<b>58.149.258,92</b>
Caixa em Moeda Nacional	0,00	0,00	696.587,44
Créditos Tributários a Receber	0,00	8.996,96	15.068.816,30
Demais Créditos e Valores	63.442,72	0,00	0,00
Adiantamentos Concedidos	10.890,00	0,00	0,00
Créditos por Danos ao Patrimônio	40.873,80	0,00	0,00
Créditos por Cessão de Pessoal	11.678,92	0,00	0,00
Investimentos e aplicações Temporárias	2.420.102,08	685.786.395,10	42.383.855,18
Estoques	32.622,33	0,00	0,00
Despesas pagas Antecipadamente	10.877,40	0,00	0,00
Prêmios de Seguros a Apropriar	9.577,92	0,00	0,00
Assinaturas e Anuidades a Apropriar	1.299,48	0,00	0,00
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>178.522,91</b>	<b>108.936.799,90</b>	<b>30.078.451,03</b>
Ativo Realizável a LP	0,00	0,00	30.078.451,03
Crédito da Dívida Ativa Tributária - Intra			12.670.918,25
Crédito Div. Ativa Tributária - Município	0,00	0,00	17.407.532,78
Investimentos	0,00	2.600,00	0,00
Imobilizado	178.522,91	108.931.359,90	0,00
Bens Móveis	0,00	2.812.150,40	0,00
Bens Imóveis	178.522,91	107.335.385,00	0,00
(-) Depreciação Acum. de Bens Móveis	0,00	(1.216.175,50)	0,00
Intangível	0,00	2.840,00	0,00
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>2.705.567,44</b>	<b>794.732.191,96</b>	<b>88.227.709,951</b>
<b>PASSIVO</b>	<b>9.794.790,69</b>	<b>712.426.498,54</b>	<b>237.164.315,63</b>
<b>Passivo Circulante</b>	<b>7.533.213,35</b>	<b>8.064,00</b>	<b>58.585.142,61</b>
Obrigações Trab. Prev. e Assist. a CP	217.491,09	0,00	44.644.793,26
Precatórios Pes./Benef. Previdenciários	0,00	0,00	44.644.793,26
Fornecedores e Contas a Pagar a CP	175.147,99	0,00	0,00
Fornecedores e Contas a Pagar	99.933,87	0,00	0,00
Precatórios de Fornecedores	75.212,12	0,00	0,00
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	2.456.401,13	0,00	0,00
Obrigações Fiscais com a União	2.456.401,13	0,00	0,00
Demais Obrigações a Curto Prazo	4.684.173,14	8.064,00	13.940.349,35
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>2.261.577,34</b>	<b>603.212,947,99</b>	<b>178.579.173,02</b>
Obrig. Trab. Prev. e Assistenciais a LP	113.025,82	0,00	178.579.173,02
Precatórios Pess./Benef. Previdenciários	113.025,82	0,00	178.579.173,02
Fornecedores e Contas a Pagar a LP	300.856,46	0,00	0,00
Precatórios de Fornecedores	300.856,46	0,00	0,00

Obrigações Fiscais a LP	1.847.695,06	0,00	0,00
Obrigações Fiscais com a União	1.847.695,06	0,00	0,00
Provisões Matemáticas a LP	0,00	603.212.947,99	0,00
Provisões de Benefícios Concedidos	0,00	8.956.477,38	0,00
Provisões de Benefícios a Conceder	0,00	388.410.290,24	0,00
Prov. Atuariais p/ Ajuste do Plano Prev.	0,00	205.846.180,37	0,00
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>(7.089.223,25)</b>	<b>191.511.179,97</b>	<b>(148.936.605,68)</b>
<b>Patrimônio Social</b>	<b>(7.089.223,25)</b>	<b>191.511.179,97</b>	<b>(148.936.605,68)</b>
Superávit/Déficits Acumulados	(7.089.223,25)	87.937.098,89	(7.286.204.046,87)
Superávit/Déficits do Exercício	(39.975.888,49)	271.820.150,59	(3.836.432.205,08)
Déficits de Exercícios Anteriores	(19.808.821,23)	(183.544.373,39)	(3.449.771.841,79)
Ajustes de Exercícios Anteriores	(8.163,92)	(338.678,31)	0,00
Superávit Intra – Estado	97.878.898,01	103.574.081,08	7.050.878.777,92
Déficits/Superávits Acumulados – União	(45.115.168,61)	0,00	85.700.760,70
Déficits/Superávits Acum. – Municípios	(60.079,01)	0,00	687.902,57

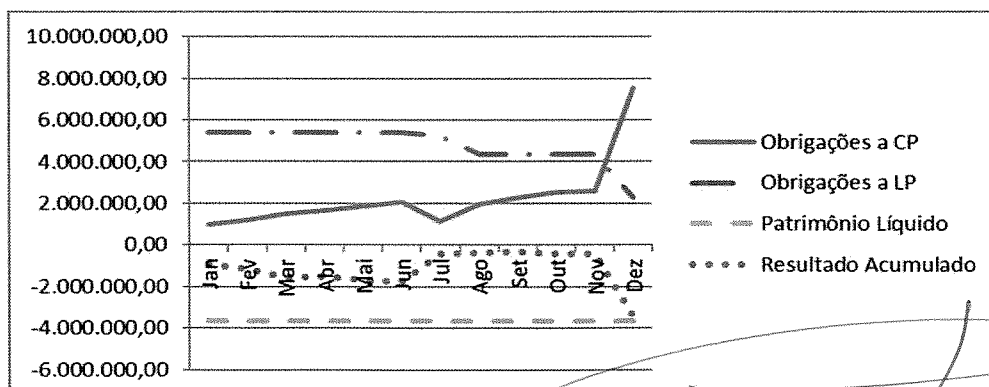
Fonte: Balanço anual 2015.

### 3.1.1 Unidade Gestora IPREV

Observa-se que as obrigações com vencimento a curto prazo superam o saldo bancário em 211%, ou seja, os recursos financeiros cobrem apenas 32% delas. Essas obrigações se referem a precatórios de pessoal e fornecedores e obrigações fiscais (PIS/PASEP) com a União, que aumentaram em 300%, devido à reclassificação de obrigações a longo prazo com o PIS/PASEP e ao registro de obrigações na conta “Credores a Pagar sem Execução Orçamentária”. A justificativa apresentada em nota explicativa é a seguinte:

No mês de dezembro/2015 foi efetuado o registro na conta contábil 2.1.8.9.1.28.01.00 (credores a pagar sem execução orçamentária) referente ao PASEP competência dezembro-2015, valor R\$ 4.606.621,46. O valor não foi empenhado em 2015, pois o Tesouro do Estado não liberou programação financeira para que se pudesse reforçar o empenho estimativo da despesa com PASEP. Segundo informação do Tesouro do Estado não havia financeiro, e conseqüentemente a programação financeira foi contingenciada. O valor será pago como despesa de exercício anterior, utilizando o orçamento de 2016. O lançamento foi feito através da NL 7839 de 2015, UG 470022-00001.

O quadro abaixo apresenta a evolução dessas contas no exercício:



Fonte: Balancetes de 2015.

Verifica-se que o resultado no mês de dezembro caiu muito devido ao aumento das obrigações a curto prazo. As dívidas excedem os bens e direitos em aproximadamente 260%. Observa-se que as obrigações a longo prazo tiveram diminuição de 48%, devido à reclassificação para curto prazo de obrigações com PIS/PASEP (Parcelamento). O resultado do 6º bimestre teve considerável aumento negativo, conforme se observa no gráfico.

### 3.1.2 Fundo Previdenciário

A maior parte dos recursos ficou contabilizada em aplicações financeiras, representando 86% dos recursos totais. A arrecadação desse fundo é oriunda dos servidores de todos os Poderes e do MP, conforme demonstra-se a seguir:

<b>Saldo Bancário</b>	<b>Out/2015</b>	<b>Dez/2015</b>
Poder Executivo	500.528.469,29	478.047.552,99
Tribunal de Justiça	149.406.869,92	161.715.591,16
ALESC	7.683.763,77	8.360.265,71
Tribunal de Contas	7.836.562,58	8.373.800,99
Ministério Público	26.432.811,80	29.073.021,85
<b>Total</b>	<b>691.888.477,36</b>	<b>685.570.232,70</b>

Fonte: Balancetes de out e dez/2015.

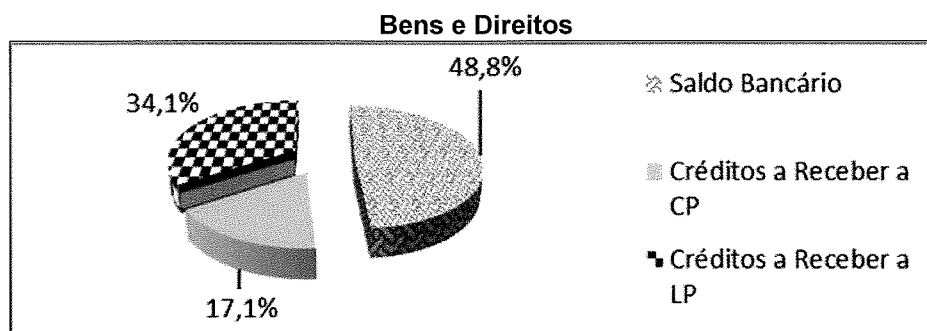
Os bens representam 13,7% dos recursos totais. As obrigações são exclusivamente de longo prazo, representadas por provisões matemáticas. Até o mês de outubro/2015, o valor registrado era de R\$ 712,4 milhões. Em novembro/2015, foram feitos novos registros, ficando o saldo em R\$ 603 milhões.

As receitas até o 5º bimestre totalizaram R\$ 197 milhões e as despesas, R\$ 965,5 mil. Porém, no 6º bimestre, as receitas atingiram o montante de R\$ 5,4 bilhões e as despesas, R\$ 5 bilhões devido, principalmente, aos registros de provisões matemáticas. Excluídos tais registros, as receitas e despesas totalizaram, no exercício, R\$ 261 milhões e R\$ 71,3 milhões, respectivamente. A alteração relevante das despesas se deve à retirada de R\$ 70 milhões, no dia 17 de dezembro, pelo Poder Executivo, para cobertura parcial de sua insuficiência no âmbito do Fundo Financeiro. O referido montante foi retirado da conta bancária que contém, exclusivamente, os recursos daquele Poder. Os demais recursos, vinculados aos Poderes Judiciário e Legislativos, incluindo o TCE e o MP, não

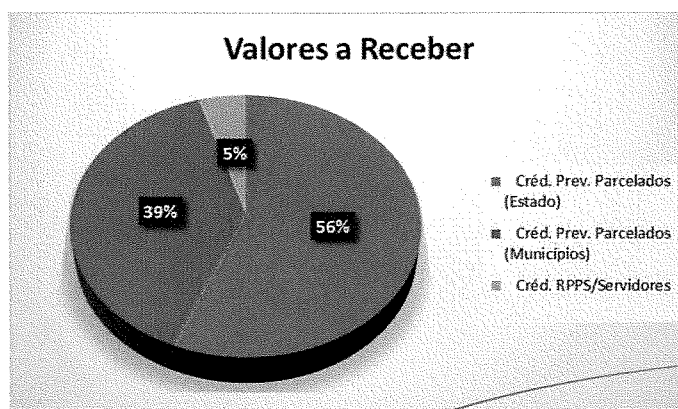
sofreram interferências com vistas à cobertura de insuficiências financeiras. No entanto, esse saque não foi planejado quanto à melhor data para evitar a perda em rendimentos financeiros, sendo recomendada a identificação de possíveis perdas decorrentes do procedimento adotado.

### 3.1.3 Fundo Financeiro

Os recursos aplicados em bens e direitos a receber totalizaram, em dezembro, R\$ 88 milhões. Destes, 49% (R\$ 43 milhões) estavam aplicados em Fundos de Investimentos e 51% em créditos a receber, sendo, 17 pp a curto e 34 pp a longo prazos. No bimestre anterior, o valor dos bens e direitos era R\$ 105 milhões. Observa-se que houve o registro de redução de R\$ 12,7 milhões na conta de créditos (Estado) a receber a longo prazo, sendo reclassificados para curto prazo.



Os créditos a receber referem-se a parcelamentos concedidos ao Estado, Municípios e Servidores. As dívidas do Estado, correspondentes a 56% do total, perfazem R\$ 25 milhões. Referente aos municípios e servidores, praticamente não houve alteração, permanecendo em R\$ 17,7 milhões ou 39% e R\$ 2,1 milhões ou 5%, respectivamente.



*[Assinatura]*

*[Assinatura]*  
A B C

Conforme a Nota Explicativa do Relatório de Conformidade Contábil, os Municípios devedores são os seguintes:

MUNICÍPIO	VALOR	%
Florianópolis	15.333.789,60	86,71%
São José	1.582.722,32	8,95%
Imaruí	409.669,41	2,32%
São Domingos	179.301,72	1,01%
Major Gercino	89.402,88	0,51%
Anitápolis	21.395,86	0,12%
Governador Celso Ramos	38.711,04	0,22%
Dona Emma	10.477,29	0,06%
Iporá do Oeste	8.940,12	0,05%
São Bonifácio	4.167,52	0,02%
Ibirama	4.450,30	0,03%
<b>TOTAL</b>	<b>17.683.028,06</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Balancete competência dez/2015.

Observa-se que, do valor total, estão com cobrança prevista a curto prazo, R\$ 275,5 mil e a longo prazo, R\$ 17,68 milhões (98,4%). Observa-se que há municípios que não estão saldando suas obrigações há muitos anos, dentre os quais, destacam-se Florianópolis, São Domingos e os últimos quatro listados.

As obrigações a curto prazo são compostas por Benefícios Previdenciários, Consignações e Sentenças Judiciais e, as de longo prazo, por precatórios.

#### 4 Provisões Matemáticas a Longo Prazo

##### 4.1 Fundo Previdenciário

Anexo ao Balanço Anual consta a Nota Técnica 2896/15, elaborada por Francisco Humberto Simões Magro, Atuário MIBA 494. No entanto, observa-se que as tabelas com dados dos contribuintes e beneficiários não apresentam a origem/fonte e onde estão disponibilizados, haja vista que não acompanham o relatório. Ele informa que os dados dos servidores foram disponibilizados pelo Estado e estão posicionados em dezembro de 2014.

As tabelas 17 a 25 apresentam Resumos do quadro funcional de cada Poder relacionado, incluindo o MP e o TCE, nas quais são apresentados

quantitativos de funcionários, segregados por sexo, médias salariais e etárias, valor das folhas de pagamento mensal e percentual. Ocorre que, em se tratando do Fundo Previdenciário, a base não pode ser o valor bruto da Folha de Pagamento, mas o valor base da contribuição previdenciária, pois os benefícios são calculados pela média das contribuições. Essa informação não restou caracterizada.

O plano de custeio está demonstrado no item 8.3, onde há referência ao art. 40 da Constituição Federal, o qual assegura o regime de previdência de caráter contributivo, preservando o equilíbrio financeiro e atuarial. Desta forma, "o valor atual de todas as contribuições futuras tem de ser igual ao valor atual de todas as obrigações com os benefícios correntes e futuros [...]" A tabela 26 do mesmo relatório apresenta o Plano de Custeio com vigência para 2015, estabelecendo 11% para o servidor e 11% para o empregador. O atuário justifica a manutenção desses percentuais da seguinte forma:

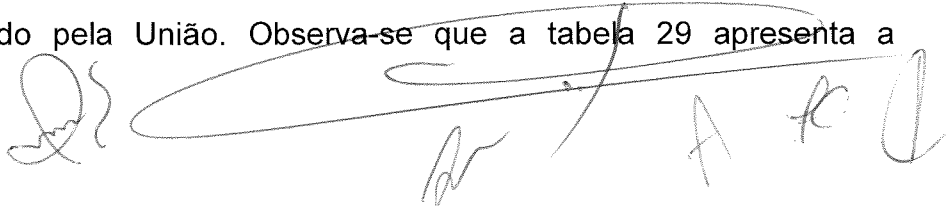
Considerando que a legislação determina que os servidores dos entes federados têm de contribuir com o mesmo percentual dos servidores da união e que a contribuição do ente federado não pode ser inferior ao percentual dos servidores da união e nem superiores ao dobro, então o custeio normal calculado deve considerar como sendo 22% para o exercício financeiro de 2015.

Uma vez que o custeio acima já se encontra em vigor [...] recomenda-se a manutenção para o exercício financeiro de 2015, o qual atende o § 1º do art. 149 da CF.

A evolução do plano de custeio para 20 anos está demonstrada no item 8.4 - Futuras Aposentadorias, na tabela 27, que informa os servidores em potencial para se aposentarem. Para 2015, a previsão era que o montante dos encargos atingiria 0,14% da Folha de Contribuição do Fundo Previdenciário e 13,4%, em 2034.

No entanto, o relatório anterior apontava que, até 2026, seria necessário aumentar as contribuições, de 22% para 25,01%, indicando um aumento de 1,35 pontos percentuais já em 2015, enquanto que o resultado projetado era superavitário. Mas, no último relatório, ele lembra que a constituição determina equilíbrio financeiro e atuarial do plano e justifica a manutenção da contribuição em 22%, dado que não pode ser inferior ao percentual aplicado pela União.

Na prática, como o resultado projetado é superavitário, significa que a arrecadação é superior ao desembolso projetado, logo, para manter o equilíbrio, seria necessária a diminuição do percentual, o que afirma não ser possível, devido ao percentual aplicado pela União. Observa-se que a tabela 29 apresenta a





apuração do resultado, que é superavitário em R\$ 205,8 milhões. No entanto, as Provisões Matemáticas (LP) desse fundo, que no exercício anterior totalizavam R\$ 712,4 milhões, diminuíram em R\$ 109,4 milhões, ficando o saldo em R\$ 603 milhões.

#### 4.2 Fundo Financeiro

Em 2014, as provisões matemáticas totalizavam R\$ 58,8 milhões, correspondendo este valor, conforme o relatório de cálculo atuarial, ao montante a ser recebido com a arrecadação patrimonial (aluguéis, etc). O valor referente aos benefícios já concedidos totalizavam R\$ 72,16 bilhões, dos quais somente R\$ 2,07 bilhões seriam custeados pelos servidores inativos. Os demais, R\$ 70,03 bilhões representavam o valor dos benefícios previdenciários que deveriam ser custeados com recursos públicos (cobertura da insuficiência). A esse respeito, a Professora Diana Vaz Lima (2010) afirma:

A constituição e a atualização da provisão matemática previdenciária deverão considerar o valor líquido do plano, que é apurado contrapondo-se a projeção dos benefícios a serem pagos e das contribuições previdenciárias a serem recebidas pela unidade gestora do RPPS, relativas a toda a massa de segurados sob sua responsabilidade. A diferença (projeção de pagamentos menos projeção de contribuições) será o montante do recurso que deverá ser provisionado para atender ao pagamento dos benefícios em curto, médio e longo prazos.

As provisões matemáticas devem ser calculadas da seguinte maneira:



Considerando tais variáveis, extraíram-se do Relatório de Cálculo Atuarial elaborado em 2014, referente a 2013, os seguintes valores:

ITEM	VALORES 2013
<b>Projeção de Contribuições</b>	<b>13.116.869.719,34</b>
COMPREV	1.670.980.669,93
Contribuições Inativos	2.070.154.103,92
Contribuições Ativos	3.202.692.323,82
Contr. Fund. Est.	6.114.230.800,02
Patrimônio	58.811.821,65
<b>Projeção de Pagamentos</b>	<b>(167.098.066.992,54)</b>
<b>Provisões Matemáticas (Déficit Atuarial)</b>	<b>(153.981.197.273,20)</b>

Fonte: Nota Técnica 2626/2014.

Portanto, considerando a definição apresentada e a nota técnica 2626/2014, o valor correto das provisões matemáticas desse fundo, para o exercício de 2014, era de R\$ 154 bilhões. Já, os relatórios elaborados em 2015, referentes aos exercícios 2014 e 2015, seguiram uma metodologia diferenciada, conforme se demonstra no quadro seguinte:

**Tabela 27-A - Resultado do Fundo Financeiro**

TIPO	RESERVAS TÉCNICAS	
	2015 (R\$)	2014 (R\$)
(RMBAC)	(R\$ 63.799.856.538,62)	(R\$ 56.530.299.860,76)
(RMBCC)	(R\$ 87.794.734.182,74)	(R\$ 78.240.315.242,87)
<b>(RESERVA TÉCNICA)</b>	<b>(R\$ 151.594.590.721,36)</b>	<b>(R\$ 134.770.615.103,63)</b>
COMP. FINANCEIRA RECEBER	R\$ 16.726.423.258,05	R\$ 13.737.643.880,67
COMP. FINANCEIRA PAGAR	R\$ 0,00	R\$ 0,00
PATRIMÔNIO (30/11/2015)	R\$ 766.882.462,16	R\$ 33.728.458,27
<b>RESULTADO (DÉFICIT)</b>	<b>(R\$ 134.101.285.001,15)</b>	<b>(R\$ 120.999.242.764,69)</b>

Fonte: Nota Técnica 3026/15, p. 29.

De acordo com o mencionado relatório, o RMBAC representa a Reserva Matemática de Benefícios a Conceder, a qual é calculada para os segurados do plano que estão em atividade. O RMBCC representa a Reserva Matemática de Benefícios Concedidos, a qual é calculada para os segurados do plano que já estão recebendo benefício de aposentadoria ou pensão por morte.

A Reserva Técnica representa a soma algébrica da RMBAC e RMBCC e a Compensação Financeira representa os valores que o IPREV pode se habilitar nos termos do §9º do art. 201 da Constituição Federal. O relatório informa que o art. 11, da portaria MPS 403/08 permite estabelecer a Compensação Previdenciária e por um princípio de prudência, foi atribuído 10% sobre o Valor Atual dos Benefícios Futuros do plano de Benefícios. O Resultado foi obtido pela operação do Patrimônio mais a Compensação Financeira menos a Reserva Técnica. Se o resultado é positivo, tem-se superávit, e quando negativo, ocorre déficit.

Conforme as premissas, métodos e hipóteses utilizados na avaliação atuarial, em dezembro, o custo atual de todos os benefícios propostos pelo fundo financeiro foi estimado em R\$ 151,6 bilhões. Enquanto, o montante dos direitos a haver, representado pela compensação previdenciária a receber e, também, pelo atual patrimônio, possui o valor presente de R\$ 16,7 bilhões, que comparado com o total do passivo, resulta em um déficit atuarial de R\$ 134 bilhões. No relatório de

junho, esse valor era de R\$ 121 bilhões. Quanto ao valor do patrimônio apresentado no cálculo, R\$ 766,9 milhões, não restou demonstrado sua origem e memória de cálculo.

Observa-se, ainda, que o valor das provisões matemáticas foi feito para 2014, apresentando uma diminuição do valor, seguindo a mesma tendência em 2015. Além disso, foram segregados os cálculos entre Fundos Financeiros Militar e Civil.

O resultado do Fundo Financeiro Civil é deficitário, conforme se demonstra no quadro a seguir:

**Tabela 16 - Apuração do Resultado do Fundo Financeiro Civil**

<b>RESERVAS TÉCNICAS</b>	
<b>TIPO</b>	<b>TOTAL (R\$)</b>
(RMBAC)	(R\$ 53.416.185.658,69)
(RMBCC)	(R\$ 69.439.591.855,97)
<b>(RESERVA TÉCNICA)</b>	<b>(R\$ 122.855.777.514,66)</b>
COMP. FINANCEIRA RECEBER	R\$ 15.910.531.206,29
COMP. FINANCEIRA PAGAR	R\$ 0,00
PATRIMÔNIO	R\$ 766.882.462,16
<b>RESULTADO (DÉFICIT)</b>	<b>(R\$ 106.178.363.846,21)</b>

Fonte: Nota Técnica 3026/15, p. 15.

O resultado do Fundo Financeiro Militar é deficitário, conforme se demonstra no quadro a seguir:

**Tabela 26 - Apuração do Resultado do Fundo Financeiro Militar**

<b>RESERVAS TÉCNICAS</b>	
<b>TIPO</b>	<b>TOTAL (R\$)</b>
(RMBAC)	(R\$ 10.383.670.879,94)
(RMBCC)	(R\$ 18.355.142.326,77)
(RESERVA TÉCNICA)	(R\$ 28.738.813.206,71)
COMP. FINANCEIRA RECEBER	R\$ 815.892.051,76
COMP. FINANCEIRA PAGAR	-
PATRIMÔNIO	R\$ 0,00
<b>RESULTADO (DÉFICIT)</b>	<b>(R\$ 27.922.921.154,95)</b>

Fonte: Nota Técnica 3026/15, p. 26.

Diante do exposto, verifica-se que o Fundo Financeiro continua, de forma relevante, deficitário. Suas obrigações e provisões foram segregadas em Fundo Financeiro Civil e Militar. Contudo, observa-se que no Balanço Patrimonial do exercício 2015, não há qualquer registro dessas provisões.

Handwritten signatures and initials are present at the bottom of the page, including a large signature that appears to be 'A. A. O.' and other smaller marks.

## 5 CONCLUSÃO

No Balanço anual, não há informações acerca da política de investimentos adotada em 2015, bem como das taxas dos rendimentos obtidos, sendo imprescindíveis para a análise das movimentações realizadas no mercado financeiro pelos gestores dos Fundos. No entanto, observou-se que o relatório de cálculo atuarial (Nota Técnica 2896/15, p. 37) apresentou análise de investimentos do exercício de 2014 com base em informações fornecidas pela Diretoria de Gestão de Recursos Previdenciários (DGRP) do IPREV e não em avaliação própria.

Na análise realizada por este Conselho, verificou-se que a remuneração das aplicações financeiras, no mês de agosto, ficou negativa, sendo contabilizadas perdas no valor total de R\$ 2,08 milhões, divididos entre os Poderes e Órgãos.

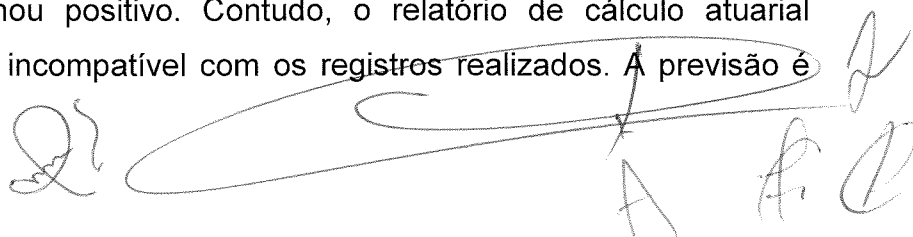
No Fundo Financeiro, destacou-se a conta de créditos a receber, cujos devedores são o Estado (56%), Municípios (39%) e Servidores (5%), sendo relevante informar que há Municípios que há muito não vêm saldando suas obrigações com esse Fundo.

Apesar das determinações legais, verificou-se que continua não ocorrendo o registro da depreciação de bens imóveis, somente de bens móveis, constando em nota contábil, justificativa sobre a ausência de um sistema de gestão patrimonial.

Observou-se, também, que as receitas patrimoniais (aluguéis) arrecadadas pelo Fundo Previdenciário foram apropriadas integralmente à conta do Poder Executivo.

Quanto às Provisões Matemáticas, é necessário rever os registros realizados, em ambos os Fundos, e apresentar notas explicativas, com base nas Notas Técnicas 2896/15, elaborada em junho de 2015, e 3026/15, confeccionada em dezembro do mesmo exercício.

No Fundo Previdenciário, os lançamentos das provisões, em 2014, tornaram o Patrimônio Líquido negativo e as provisões constituídas eram para ajuste do plano previdenciário, benefícios a conceder e benefícios concedidos. Em 2015, o saldo das mesmas provisões sofreu redução de R\$ 109 milhões, de modo que o Patrimônio Líquido se tornou positivo. Contudo, o relatório de cálculo atuarial apresenta superávit, sendo incompatível com os registros realizados. A previsão é

Handwritten signature and initials in black ink, including a large flourish and several smaller initials.

que a arrecadação supere os gastos em mais de R\$ 200 milhões, não havendo parâmetros para o registro de provisões.

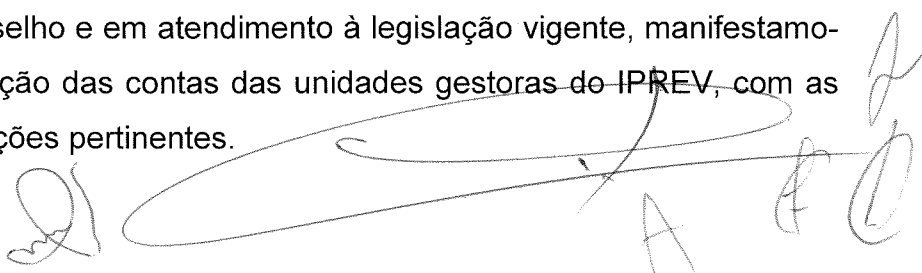
Por outro lado, no Fundo Financeiro, não constam registros das provisões necessárias, conforme constam nos relatórios de cálculo atuarial, que apontaram a necessidade de reserva matemática no valor de R\$ 121 bilhões em 2014, e R\$ 134 bilhões em 2015. Esse montante representa o desembolso total dos aportes que o Estado de Santa Catarina deverá fazer ao longo do tempo, para complementar a arrecadação do Fundo Financeiro e honrar os pagamentos dos benefícios previdenciários.

Quanto aos percentuais de contribuição, o relatório de cálculo atuarial de 2014 apontava que, até 2026, seria necessário aumentar as contribuições, de 22% para 25,01%, mesmo com o resultado projetado superavitário. Mas, no último relatório, o atuário invoca o equilíbrio financeiro e atuarial previsto na constituição e justifica a manutenção da contribuição em 22%, dado que não pode ser inferior ao percentual aplicado pela União. Na prática, como o resultado projetado é superavitário, significa que a arrecadação é superior ao desembolso projetado, logo, para manter o equilíbrio, seria necessário diminuir o percentual.


Por oportuno, cabe informar que o Fundo Previdenciário, originalmente criado pela LC 412/08, foi extinto pela LC 662/15 e seus saldos contábeis transferidos para o Fundo Financeiro, na abertura do exercício 2016. Do mesmo modo, os segurados e beneficiários daquele Fundo. Com essa junção, os recursos do Fundo Previdenciário reservados para o pagamento dos benefícios de seus segurados e dependentes passaram, já em dezembro/2015, a ser utilizados pelo Poder Executivo para cobrir parte de seu déficit referente ao Fundo Financeiro.

Em decorrência da aprovação da LC 662, observou-se que o Poder Executivo fez uma retirada de R\$ 70 milhões do Fundo Previdenciário para cobertura parcial de sua insuficiência no Fundo Financeiro, sendo preservados os recursos financeiros vinculados aos demais entes. Observou-se que esse saque não foi planejado, tendo em vista a obtenção do melhor resultado financeiro do período, recomendando-se análise nesse sentido.

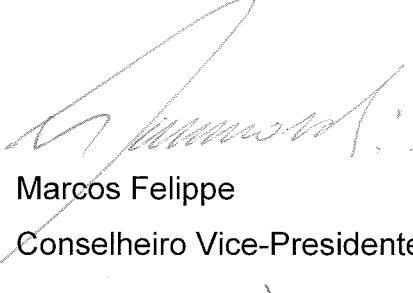
Destarte, feitas as verificações e análises dos relatórios contábeis apresentados a este Conselho e em atendimento à legislação vigente, manifestamos no sentido de aprovação das contas das unidades gestoras do IPREV, com as devidas ressalvas e correções pertinentes.

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large signature and several smaller initials.


Florianópolis, 12 de maio de 2016.



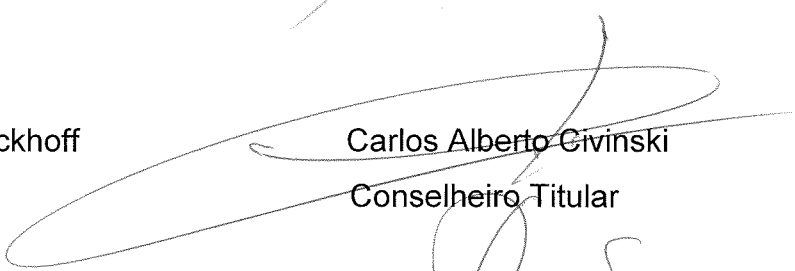
Johni Lucas da Silva  
Conselheiro Presidente



Marcos Felipe  
Conselheiro Vice-Presidente



Ângela Regina dos Santos Eickhoff  
Conselheira Secretária



Carlos Alberto Civinski  
Conselheiro Titular



Lonita Catarina Aiolfi  
Conselheira Titular



Reinhard Richter  
Conselheiro Titular

